

Chamo-me José Eduardo Agualusa.

Agualusa é uma palavra que quase desapareceu da língua portuguesa. Enquanto apelido é ainda mais raro. Os antigos marinheiros serviam-se deste termo para designar o mar calmo e iluminado. Imagino que tenha começado por ser a alcunha de um marinheiro, por certo um avô português.

Acredito que certos nomes impõem destinos. Talvez por isso, apesar de ter nascido na cidade do Huambo, no planalto central de Angola, a quase trezentos quilómetros da costa e a dois mil metros de altitude, sempre me senti atraído pelo mar.

Escolhi viver junto do mar, em Luanda, Lisboa, no Rio de Janeiro ou na Ilha de Moçambique. Todas estas cidades são personagens dos meus livros. Mas principalmente Luanda, a capital de Angola, cidade portuária fundada em 1575, ao mesmo tempo bela e horrível, feroz e doce, lugar de encontros improváveis e palco das mais desvairadas histórias. Luanda é a personagem central de “Teoria Geral do Esquecimento”. A outra é uma velha senhora portuguesa, Ludovica, a qual, aterrorizada com a cidade e os seus habitantes, se empareda no interior de um apartamento.

O tema do romance é o medo do outro. Parece-me, infelizmente, um tema mais atual hoje do que na época em que escrevi o livro. Nos tempos confusos que atravessamos, num mundo em busca de um pensamento político novo e de novos ideais, o medo do outro é uma espécie de incêndio, atizado por pirómanos, que ameaça devorar-nos a todos.

No meu romance, Ludo é salva por um menino que lhe dá a ver o evidente — não há Outro. O Outro somos sempre nós. Cada homem é a humanidade inteira.

Este é também um livro sobre o medo de quem vive sujeito a regimes totalitários. Passei um ano em Berlim, beneficiando de uma bolsa de criação literária. O muro fora derrubado alguns anos antes. Naquela época, contudo, ainda era possível para qualquer estrangeiro reconhecer os bairros que haviam ficado do lado da extinta República Democrática Alemã. Sabíamos que havíamos passado para o lado de lá a partir do momento em que a cidade começava a perder a cor. Uma tarde, enquanto percorria os bairros cinzentos de Berlim Oriental, lembrei-me de um exemplo de adaptação ao ambiente que todos os estudantes de biologia costumam estudar: o caso de uma espécie de borboleta de uma cidade industrial inglesa, a qual perdeu as cores originais de forma a melhor se ocultar, escapando a potenciais predadores. Em territórios sujeitos a regimes totalitários acontece algo semelhante com os respetivos cidadãos. O medo rouba as cores. As pessoas passam a preferir tons de cinza. Perdem a originalidade, a irreverência, a exuberância. Esforçam-se por desaparecer na multidão. Numa ditadura ninguém quer atrair a atenção dos predadores. O medo imobiliza e degrada. As pessoas não têm apenas medo de serem presas porque fizeram um comentário mais ácido sobre o Presidente da República num lugar público ou porque estavam a ler um determinado livro. As pessoas têm medo de perder o emprego porque foram vistas em público com alguém que não parecia ter medo. Têm medo de manifestar qualquer opinião que fuja da norma. Têm medo de falar alto, de rir alto, de pensar alto. Enfim, têm medo de existir demais. Então existem diminutamente, dissimuladamente, invisivelmente. O medo rouba-nos a individualidade. O medo rouba-nos a vida.

Os grandes escritores são aqueles que conseguem colocar os leitores na pele do outro. Creio ser essa a maior virtude da leitura. Ao entrar na pele de diferentes narradores, ao sentir-se parte de outras vidas, o leitor vai-se percebendo também parte da restante humanidade. Tenho para mim, e atrevo-me a partilhar com vocês esta convicção – ingenuidade, dirão alguns – que os grandes leitores tendem a ser menos propensos à violência e ao ódio. Primeiro, porque a violência é sempre uma rendição da inteligência, um recuo do pensamento. Mas sobretudo porque a leitura, enquanto exercício de alteridade, aproxima as pessoas.

Venho de um país, Angola, que sofreu uma longa e cruel guerra civil. Acompanhei essa guerra enquanto cidadão e enquanto jornalista. Aprendi um pouco sobre guerras. Aprendi, por exemplo, que para criar uma histeria propícia, os fabricantes de guerras civis começam por desnacionalizar o inimigo. A seguir, passam a questionar a sua humanidade. Primeiro, o inimigo é um estrangeiro, depois um monstro. Um monstro, ainda para mais estrangeiro, pode ser morto. Deve ser morto.

Já a grande literatura trabalha quase sempre em sentido inverso. Dá-nos a ver a humanidade dos outros, inclusive dos que nos são estrangeiros. Inclusive daqueles que nos parecem monstros.

Fiquei feliz por saber que um livro meu havia sido selecionado para este prémio. Por muitas razões, mas principalmente devido ao modelo de selecção — porque os livros são escolhidos por bibliotecas públicas. Fiz-me escritor em bibliotecas públicas. Não apenas porque se não tivesse tido acesso aos livros de algumas dessas bibliotecas, ainda criança, nunca teria começado a escrever, mas porque, em grande parte, escrevi o meu primeiro romance numa biblioteca pública.

Se a literatura desenvolve em nós o músculo da empatia, e nos torna melhores pessoas, então as bibliotecas públicas podem ser consideradas armas de construção massiva: instrumentos poderosos no desenvolvimento individual e das sociedades.

O combate pela democratização, pela pacificação e pelo desenvolvimento de países como Angola, passa, sem qualquer dúvida, pela criação de boas redes de bibliotecas públicas, capazes de levar os livros aos seus leitores. O meu melhor sonho — e eu sonho muito, tenho sonhos épicos, sonhos grandiosos — é o de contribuir para que no meu país se crie uma rede assim. Sonho com o dia em que todas as crianças angolanas, todos os jovens angolanos possam ler, como eu li quando tinha a idade deles, os grandes autores da literatura universal.

Também me deixa muito feliz o facto deste ser um prémio não só para os autores, mas também para os tradutores. Tradutores são igualmente autores. Autores generosos, por vezes quase invisíveis, largamente responsáveis pelo sucesso de um livro.

Assim, quero aproveitar para agradecer ao meu tradutor para a língua inglesa, Daniel Hahn. Começámos juntos esta aventura de publicar nos países de língua inglesa, já vão alguns anos, com um pequeno romance chamado “Nação Crioula”.

Os livros têm-me dado muito. O melhor que me deram foram alguns amigos. Dany está entre eles.

Também fiquei feliz ao saber que entre os finalistas da edição deste ano estavam dois escritores africanos: Chinelo Okparanta e Mia Couto.

Mia é mais do que um amigo para mim. É, desde há muito tempo, o meu irmão mais velho. Ligou-me há poucos dias, a partir de Maputo, em Moçambique:

“Olha, parece que perdi o Prémio de Dublin.” — Disse-me.

“Sinto muito. Dizem-me que ganhou o meu livro.” — Retorqui, contrariando o compromisso de manter a notícia secreta até ao dia de hoje.

Então Mia riu-se. Escutei a gargalhada do meu melhor amigo, do meu irmão mais velho, como uma pequena explosão de luz: “Nesse caso não perdi. Ganhámos!”

Sim, ganhámos ambos. Saúdo daqui o meu irmão moçambicano Mia Couto; saúdo a minha irmã nigeriana Chinelo Okparanta. Saúdo todos os escritores africanos, os que me precederam e me formaram e me fizeram escritor, e os que me acompanham hoje, neste projeto comum de pensar o nosso continente e de o dar a conhecer ao resto do mundo — com todas as dores e tragédias que nos afligem, sim, mas também com toda a nossa imensa alegria, criatividade, esperança e amor.

Muito obrigado.